

humana que, não podendo, na sua finitude criada, abarcar a infinitude divina, se deixa arrebatado pelo seu objecto.

A conjugação de uma dupla exigência de clareza e profundidade, que marca a introdução, verifica-se simultaneamente na tradução italiana de Letterio Mauro, que assenta no compromisso entre a fidelidade ao texto bonaventuriano e a compreensão do mesmo por parte de um público não especializado. A este propósito, note-se, a título de exemplo, a tradução do termo latino «*contuitio*», ora por «*visione*» [visão], ora por «*intravisione*» [entrevisão]. Letterio Mauro pretere, neste caso, uma tradução mais próxima da letra, que o faria optar pelo latinismo «*contuizione*» [*contuizione*] – expressão que Fresneda emprega a partir do espanhol e que o seu tradutor – Francisco José Díaz Marcilla – transpõe para o italiano. Não obstante, a tradução levada a cabo revela uma grande familiaridade com o espírito da obra de Boaventura, servindo-se da noção de «visão», quando a palavra «*contuitio*» ocorre no seu sentido lato, e da noção de «entrevisão», quando ocorre no seu sentido estrito, para designar o conhecimento que o homem alcança de Deus através das suas representações. Com efeito, o prefixo «*intra-*», que integra o verbo «*intravedere*» – como aliás o prefixo «*entre-*» português do verbo «*entrever*» – designa, não apenas um «através de», mas, simultaneamente, um «dentro de», lembrando por isso que o Divino é especulado *pelas e nas* suas criaturas. Assim, a utilização de termos comuns não perturba a acuidade da tradução e permite a compreensão imediata do sentido do texto.

Um extenso índice analítico e uma bibliografia acurada complementam este volume que, na excelência das várias partes que o compõem, dá testemunho da solidez filosófica do autor de Bagnoregio e traz à actualidade da língua e do pensamento um dos vestígios significativos do debate intelectual da Idade Média.

Filipa Afonso  
(Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

\*\*\*

Gérard SONDAG, *Duns Scot: La métaphysique de la singularité*, (coll. Bibliothèque des philosophes) Librairie philosophique J. Vrin, Paris 2005; 238 pp.; ISBN 7-7116-1729-7.

Gérard Sondag, professor da Universidade Blaise-Pascal de Clermont Ferrand, inclui-se entre os principais conhecedores de Duns Scotus da actualidade, como se pode constatar pelo número e o valor de suas publicações.

O presente volume procura ser uma leitura da metafísica scotista. Ora, lançar-se a esse tema exige muita competência e também uma certa dose de coragem, pois Scotus não é um autor de fácil compreensão. Somos de parecer, porém, que o colega francês foi feliz

em seu trabalho, no qual analisa com maestria, e com muita clareza, os principais temas do pensamento metafísico escotista. Em sete capítulos são tratadas a Epistemologia, a Metafísica, a Teologia e a Psicologia.

Ao abordar a Epistemologia (p. 21-76), é levantado, inicialmente, o problema surgido entre Scotus e Henrique de Gand a respeito da verdade e da certeza (p. 21-30). Para o Gandavense, a mutabilidade das coisas humanas e da inteligência do homem exigiam uma iluminação especial da parte de Deus. Scotus discorda, dizendo que a teoria de Henrique acaba levando ao ceticismo, pois se é da essência da alma intelectiva ser radicalmente mutável, tudo o que ela vier a receber o será sob a razão de mutabilidade. Entretanto, diz ele, nós podemos ter certeza dos primeiros princípios, daquilo que apreendemos pela experiência repetida e de nossos próprios atos internos.

Na Epistemologia são tratadas também as questões referentes a imagem e conceito, espécie inteligível e teoria da significação. O autor igualmente se adentra pelo difícil tema «natureza e hacedade» e parece-nos que, nesse caso, também ele não conseguiu ser muito mais claro que Scotus – como não o foram outros que por aí se aventuraram.

O Prof. Sondag houve-se, porém, muito bem no modo como analisa «conhecimento intuitivo e conhecimento abstrativo» (p. 33-39). Convém ter presente que o conhecimento intuitivo não se identifica com o conhecimento individual, ou do indivíduo, o que se constata pelo fato de que Scotus é inovador em sua teoria de conhecimento intuitivo, enquanto, no que se refere ao conhecimento do indivíduo, situa-se dentro de uma longa tradição franciscana, que se inicia com Rogério Bacon, e sua teoria, a respeito, sequer é a mais adiantada, quando comparada com a de seus confrades. Como se vê pela descrição escotista, a «abstração», para ele, pode significar também algo diferente do entendido por Aristóteles e Tomás de Aquino. Segundo ele, tal palavra pode estar a indicar que se abstrai de toda a existência atual do objeto, sendo este substituído por sua *species intellectualis*; já o conhecimento intuitivo é o conhecimento do objeto enquanto existente e enquanto presente na existência atual. Para Scotus, se os sentidos são capazes de apreender o objeto em sua singularidade, tanto mais o é o intelecto, que conhece as sensações e que é mais nobre que a sensibilidade - o que não significa, porém, que o intelecto seja capaz de intuir as essências, à maneira platônica.

O capítulo segundo (pp. 77-131), com seus oito sub-capítulos, trata da Metafísica escotista, que vem apresentada em toda sua novidade e em seu caráter inovador. Duns Scotus parte do princípio que só é possível fazer uma Metafísica na qual também Deus possa ser incluído, se tivermos uma noção unívoca de 'ente'. De fato, observa ele, a noção que formamos de Deus dá-se a partir do conhecimento que temos dos entes finitos; ora, se queremos falar a respeito de Deus a nível filosófico e dizemos que temos uma noção análoga de ente, então devemos afirmar que nada podemos dizer de Deus, pois não sabemos o que ele possui de comum com os demais entes e o que possui de particular. A única maneira,

pois, de abriremos espaço para um conceito que abranja todo o existente e também o que possa vir a existir é a de afirmarmos que tudo se pode incluir no conceito de ente, sendo este compreendido como o mais pobre e mais amplo de todos os conceitos, pois é composto de uma única nota: a da possibilidade de existência: o ente é *id cui competit esse*, ou, de forma negativa, preferida por ele: *id cui non repugnat esse*. Sendo assim, esse conceito é anterior ao de ente infinito e ente finito, como também é anterior à divisão em categorias e, por isso, diz-se que ele é «transcendente».

Uma pergunta que permeava a obra de autores medievais era a respeito do objeto primeiro do intelecto humano. As respostas eram as mais variadas. Para uns, era Deus; para outros, a quiddidade das coisas materiais, e assim por diante. Scotus vai afirmar que tal objeto é o ‘ente’. Não que ele seja conhecido em primeiro lugar, pois o primeiro que se conhece são as coisas sensíveis, mas ele é o «conhecido primeiro» no sentido de que de tudo se diz, numa primeira abstração: «isso é um ente», «isso é uma coisa». O ente é também o objeto adequado da razão humana, pois nada é por nós compreendido, a não ser sob a razão de ente. E é, enfim, objeto natural do conhecimento, pois se trata de um conceito que se forma no espírito de forma natural, sem haver, pois, necessidade de uma intervenção sobrenatural para tanto. A Metafísica, para Scotus, é, portanto, uma ciência do ente enquanto ente.

Do ente, dizia-se então, que ele possuía alguns transcendentais – ou transcendententes –, isto é, algo que dele se dizia antes de qualquer divisão em gênero. E tais seriam o uno, o verdadeiro e o bom. Essas «paixões» do ente permitem que se desenvolva a Metafísica, pois do ente, pura e simplesmente, é muito pouco o que se pode dizer, visto que se trata de um conceito que não se deixa analisar através de conceitos mais simples. Porém, Scotus não se limita a esses transcendententes. «Uma das originalidades da metafísica escotista é a de colocar como transcendententes não só as paixões convertíveis, mas também as paixões disjuntivas» (p. 102), isto é, aquelas paixões que são tomadas em pares, tais como finito-infinito, contingente-necessário, causado-incausado. Tomadas em pares, elas são transcendententes porque todo o ente ou é finito, ou infinito, etc. e isto é dito do ente antes de qualquer divisão em gênero. A importância que Scotus confere aos transcendententes disjuntivos pode ser avaliada quando se examina seu tratado a respeito da existência de Deus.

A Teologia ocupa três capítulos da obra (pp. 131-176). Gérard Sondag acentua, também aqui, a importância inovadora do pensamento do frade escocês, que é o único autor do século XIII a escrever um tratado restrito exclusivamente ao tema do conhecimento filosófico que o homem pode ter da divindade. Para demonstrar que a Teologia é uma ciência, no sentido dos *Segundos Analíticos*, ele, Scotus, introduz a distinção entre «Teologia em si» e «Teologia para nós». E, ante a primeira divisão do saber, entre teórico e prático ele defende em longos textos que a Teologia é uma ciência prática.

Enfim, nos dois capítulos que concluem a obra (pp. 177-222), é apresentada a Psicologia

## RECENSÕES

escotista. No estudo das faculdades humanas é dada a importância devida à vontade, pois esta, para Scotus, possui uma espécie de primado entre as faculdades, pelo fato de caber-lhe, sem ser forçada pelas outras faculdades, o poder de decisão ante as diversas alternativas que se nos apresentam para agir.

Na conclusão (pp. 223-236), o Autor apresenta, a seu modo, uma síntese do trabalho e mostra, de forma interessante e desapaixonada, o significado do pensamento escotista dentro da História da Filosofia.

Luis Alberto De Boni  
(Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)